

04/09/2024 10:50:16 - COLUNA DO BROADCAST

COLUNA DO BROADCAST: TEMAS SOCIOAMBIENTAIS AVANÇAM COMO FATORES DE RISCO PARA EMPRESAS

Por Alexandre Rocha

São Paulo, 04/09/2024 - Os riscos regulatórios são os mais citados pelas empresas em seus formulários de referência apresentados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Segundo pesquisa da KPMG com base nos documentos, 95% das companhias mencionam as questões regulatórias. De acordo com a consultoria, isso ocorre desde 2017.

Outros tipos de risco, porém, vêm avançando significativamente na percepção das empresas. "Os riscos relacionados a questões socioambientais, do capital humano, da disrupção tecnológica (incluindo a inteligência artificial), da segurança cibernética e de proteção de dados e da efetividade da estrutura da governança vêm tendo a sua divulgação aumentada de forma significativa pelas empresas abertas nos últimos anos", disse à **Coluna** o sócio em Riscos e Governança da KPMG no Brasil, Sidney Ito, que também é CEO do ACI Institute, braço da empresa dedicado a difundir boas práticas de governança.

Para se ter uma ideia, os riscos socioambientais foram citados por apenas 32% das empresas em 2017, mas em 2024 o percentual subiu para 89%. No mesmo período, as citações de riscos relacionados ao capital humano subiram de 34% para 83%.

No caso dos riscos socioambientais, o executivo destaca que o tema tem sido "abordado de forma mais profunda" desde a pandemia de 2019. "Vemos uma tendência de crescimento nos próximos anos, pois as empresas vêm incluindo o aspecto socioambiental na sua estratégia e no modelo de negócios, além do arcabouço regulatório e ativismo dos *stakeholders* com relação à divulgação de metas, ações, resultados e inovações", afirmou Ito, por escrito.

Choque de realidade

Ele avalia que a percepção das empresas sobre os riscos socioambientais pode aumentar ainda mais no futuro próximo, diante de desastres climáticos e ambientais recentes, como as enchentes no Rio Grande do Sul, e a seca e as queimadas ao redor do País este ano.

"Normalmente, um risco que é considerado remoto e, portanto, normalmente não divulgado, passa a ter uma maior divulgação no momento que ele se efetiva", declarou Ito. "Foi assim com o risco financeiro após a crise dos derivativos em 2008, o risco de logística após a greve nacional dos caminhoneiros [no Brasil, em 2018] e do risco de pandemia e de saúde pública após a covid19", acrescentou.

Na mesma linha, ele destaca que houve um aumento das citações a riscos de desastres naturais após as quedas das barragens da Samarco, em Mariana (MG), e da Vale, em Brumadinho (MG), e que "a divulgação dos riscos de desastres naturais irá aumentar significativamente" no futuro.

Na seara dos riscos regulatórios, o executivo ressalta que "alguns setores são mais regulados que os outros, mas todos os setores têm regulação própria ou geral, seja no aspecto ambiental, operacional, de produto, do consumidor ou cliente e nos aspectos econômicos, financeiros, tributários e legais". Além disso, a maioria das empresas está sob algum tipo de regulação e, frente a crises políticas, econômicas e financeiras, os governos tendem a ampliar o rigor regulatório. Daí a razão da maioria das empresas mencionarem as questões regulatórias.

Estruturas internas

04/Set/2024 13:23

Ao mesmo tempo em que as empresas veem crescer os riscos em diferentes áreas, a KPMG avalia que há uma maior e melhor estruturação das atividades de gerenciamento de risco nas empresas, com a criação de áreas específicas na maioria delas e nomeação de especialistas para chefiá-las.

"É um executivo que atua diretamente com o conselho de administração para mapear os riscos estratégicos, com a diretoria para mapear os riscos na condução dos negócios e com as áreas operacionais para mapear os riscos operacionais", observou Ito.

Ele considera que o estudo, que está em sua 9ª edição, deixa entender que atualmente o tema do gerenciamento de riscos "permeia toda uma corporação e é item frequente na agenda do conselho de administração, do comitê de auditoria, do conselho fiscal e da gestão". "Um dos motivos, além da responsabilização da administração com relação ao seu dever de diligência, tem sido o ativismo dos próprios acionistas e demais *stakeholders*, na figura dos reguladores, dos consumidores, dos próprios funcionários e da população em geral com relação à responsabilidade corporativa", concluiu.

A pesquisa feita pelo ACI Intitute e pelo Board Leadership Center da KPMG n Brasil teve como base os formulários de referência de 282 companhias abertas.

Contato: colunabroadcast@estadao.com